



**Bloco de Esquerda**

***Grupo Municipal***

Queria saudar antes de mais o público que aqui veio manifestar a sua preocupação em relação a vários assuntos, nomeadamente, os moradores dos Olivais sobre trânsito, do Bairro da Horta Nova sobre a degradação do parque infantil, dos moradores da Vila Dias sobre a aplicação do IMI e do desastre social que constitui o novo regime de rendas, aos trabalhadores da EPUL e da divisão da manutenção mecânica da CML.

É cada vez mais evidente que o nosso País caminha rapidamente para o descalabro económico e social em consequência da intervenção da Troika e das políticas do governo PSD/CDS.

Quando percorremos as ruas da nossa cidade, as marcas das políticas deste governo saltam à vista, com este enorme desemprego e com menos salário, todos os dias se entrega as casas aos bancos por impossibilidades de as pagar, cresce as filas nas instituições para uma refeição ou para conseguirem alguma alimentação, crianças chegam à escola sem se alimentar, nalguns bairros sociais, algumas pessoas, já nem dinheiro têm para pagar a luz, a electricidade ou o medicamento, o pequeno comércio encerra as suas portas.

A dívida pública continua a aumentar, o País vive há 8 trimestres consecutivos em recessão, só em 2012 a contracção económica atingiu - 3,2% do PIB, o desemprego aumenta vertiginosamente atingindo quase 1,5 milhões de pessoas em termos reais no último trimestre de 2012, destes 1

milhão não têm subsídio de desemprego. Números que desmentem o governo no seu otimismo quanto à evolução económica, cuja melhor encenação ocorreu aquando do chamado “regresso aos mercados.

Desmentem também o governo que para sermos mais competitivos e criarmos mais emprego era necessário alterar o Código do Trabalho facilitando os despedimentos, baixando o valor das indemnizações, atacando a contratação colectiva e os sindicatos, apostando tudo na individualização das relações de trabalho. Os números do desemprego e a “expiral recessiva” em que vivemos indicam que este não é o caminho.

Com o aproximar da 7ª avaliação da Troika, o governo a pretexto da sua cândida “ reforma do estado”, começou a bombardear-nos com a ideia e a preconizar que o corte às funções sociais do Estado de mais 4 mil milhões até 2014, e mais 3 mil milhões em 2015, devem ser permanentes. Isto é inaceitável e pelo contrário, exigimos que nos devolvam o que nos roubaram.

Sabemos que há alternativas a esta ditadura dos mercados financeiros internacionais, não aceitamos e queremos acabar com este regime de austeridade e autoritarismo que nos é imposto, por isso vamos agir agora, exigindo a demissão do governo e que a palavra seja dada ao povo para decidir da sua vida.

O empobrecimento das pessoas, é brutal com o corte nos salários diretos e indiretos, o aumento dos impostos, a redução das prestações e da protecção social, corte nas reformas e pensões, corta-se nos subsídios de maternidade, de família e no rendimento social de inserção. Um em cada dez trabalhadores que trabalha continua pobre mesmo trabalhando. A pobreza infantil continua a agravar-se, um terço das crianças vive na situação de pobreza.

É uma evidência a degradação das condições de vida e trabalho da grande maioria dos cidadãos, o empobrecimento é generalizado, pelos cortes nos salários e pelo brutal aumento dos impostos; o direito à habitação é posto em causa pela “lei dos despejos” como vulgarmente é conhecida a lei 31/2012, de 14 de agosto, que procedeu à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, tem causado um enorme impacto social negativo.

A lei é desequilibrada a favor dos senhorios e a sua entrada em vigor tem provocado um aumento generalizado do valor das rendas, em muitos casos mesmo acima dos limites fixados, pois desprotege completamente os inquilinos ao permitir que a ausência de resposta à primeira notificação do aumento signifique a sua aceitação. A esta situação junta-se a mais completa falta de informação sobre a sua aplicação.

A total insensibilidade social do Governo é responsável pelo pânico social que uma população particularmente vulnerável, em função da sua idade, está a sentir perante uma lei que significa que a sua renda de casa pode ser superior aos seus rendimentos.

A regulamentação da lei, que tardou em sair, veio criar ainda novos constrangimentos aos inquilinos, nomeadamente aqueles que invoquem o seu Rendimento Anual Bruto Corrigido para estabelecer o valor da renda, ao estabelecer que serão devidos retroactivos que podem atingir 50% do valor da nova renda, desde o momento da primeira notificação até que seja conhecido o valor do Rendimentos Anuais Brutos Corrigidos emitido pelos serviços de Finanças, exigindo um esforço desproporcionado aos inquilinos.

No último mês, os senhorios apresentaram 323 procedimentos de despejo no Balcão Nacional de Arrendamento, o que perfaz 11 pedidos por dia. As associações que lidam com o problema mostram que são precisamente os cidadãos e cidadãs com mais de 65 anos que mais têm dúvidas sobre a lei e que mais desprotegidos ficam. A Associação dos Inquilinos Lisbonenses

(AIL) tem registado uma média de 140 atendimentos diários num total de 6.177 pessoas que procuram a associação com dúvidas sobre a lei, números que sobem a cada dia que passa.

Nos primeiros meses de aplicação da lei registam-se já casos de aumentos de 600% nas rendas, de senhorios “sem escrúpulos” que se estão a aproveitar desta lei para aumentar as rendas de forma ilegal. No entanto, o governo mesmo perante realidade, medidas de política social, nomeadamente sobre o subsídio de renda, nada faz.

A lei é desequilibrada e injusta. E num futuro próximo serve, em todas as dimensões, os interesses dos Fundos Imobiliários que cobiçam os centros históricos das cidades, pelo que deve ser revogada.

*Sr.<sup>a</sup> Presidente*

*Sr.<sup>os</sup> Membros da Mesa*

*Sr.<sup>os</sup> Deputados*

Gostava de chamar a vossa atenção para a tentativa de alteração da gestão pública das entidades gestoras de sistemas de água e saneamento. Como sabemos desde o sistema de abastecimento de água à cidade de Lisboa está a ser operado pela EPAL, uma empresa de capitais públicos que tem assegurado níveis muito elevados de qualidade de serviço e que tem garantido um planeamento e desenvolvimento do seu sistema de abastecimento com uma perspectiva de longo prazo.

O sistema de tratamento de águas residuais da cidade de Lisboa (e de um conjunto de cinco outros municípios da área metropolitana de Lisboa) tem vindo a ser assegurado pela SIMTEJO, uma empresa de capitais públicos criada em 2001 e de que o município de Lisboa é acionista, empresa essa que tem prestado um serviço de reconhecida qualidade, no

respeito por aspectos essenciais de ordem social e ambiental, e que tem contribuído para a despoluição da bacia do Tejo, nomeadamente do seu estuário.

O Governo anunciou a sua intenção de “reestruturar o sector das águas”, que implicaria o recurso a um processo de integração vertical dos sistemas municipais e de fusões de sistemas multimunicipais existentes, e que reduziria o universo das empresas operadoras de água e saneamento do grupo Águas de Portugal no nosso País a apenas quatro empresas.

As quatro empresas concessionárias de capitais públicos resultantes de tal “processo de reestruturação” seriam no final subconcessionadas a empresas de capitais privados, possibilidade que seria aberta por uma alteração do quadro legal em vigor, que resultaria da aprovação parlamentar da Proposta de Lei do Governo apresentou na Assembleia da República.

A empresa que passaria a ter a responsabilidade de operar os sistemas de abastecimento de água e saneamento que servem a cidade de Lisboa, a que seria denominada como “Águas de Lisboa e Vale do Tejo”, implicaria nomeadamente a fusão de 9 empresas multimunicipais já existentes (nomeadamente a EPAL e a SIMTEJO), e teria um âmbito de actuação territorial que a leste iria até à fronteira com Espanha, a norte incluiria a “Águas do Zêzere e Côa” e a sul a “Águas do Norte Alentejano”;

Que o anunciado “processo de reestruturação” iria dar origem a um aumento de tarifas aos consumidores na área geográfica actualmente servida pela EPAL. Segundo refere o MAMAOT “o pagamento de um “subsídio” anual médio, em ano cruzeiro (2018-2038), de cerca de 22 milhões de euros/ano por parte da EPAL garante a uniformização das tarifas na LVT”.

É com preocupação que vemos o desenvolvimento do denominado “processo de reestruturação do sector das águas” que o governo está a levar a cabo, pelas implicações que pode ter na qualidade do serviço de abastecimento de águas e de saneamento de águas residuais prestado aos lisboetas e no aumento das tarifas cobradas em Lisboa. Processo esse que entende que o Governo não pode pretender que possa passar ao lado dos órgãos autárquicos de Lisboa e que, pelo contrário, exige a sua participação activa.

Manifestamos a nossa oposição à entrega ao sector privado, nomeadamente por via do mecanismo da subconcessão, da operação dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento que servem o município de Lisboa.

*Sr.<sup>a</sup> Presidente*

*Sr.<sup>os</sup> Deputados*

As lutas, pequenas ou grandes, são importantes para resistir e passar ao contra-ataque, cabe à esquerda e aos movimentos sociais estarem presentes e unidos em todas elas, pelo que saúdar o êxito da realização das manifestações de 16 de fevereiro, convocada pela CGTP sob a consigna “Mudar de política e de governo” e apelar à participação na manifestação social de 2 de Março “Que se lixe a Troika, o povo é quem mais ordena!” de solidariedade com todos aqueles que estão a sofrer, a começar pelos mais desfavorecidos e em defesa do Estado social, os principais alvos destas medidas recessivas de austeridade e assumir a luta toda e mobilização de todos e todas para a luta para que o governo e a Troika, vão para a rua !

Disse,